

## **DA APLICAÇÃO NO TEMPO DA LEI 15.855/2015 DO ESTADO DE SÃO PAULO**

LAW ENFORCEMENT IN TIME 15855 / 2015 OF THE STATE OF SÃO PAULO

Henrique de Almeida Prado Franceschi<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho trata da natureza e regime jurídicos próprios dos repasses financeiros realizados por tabeliães e oficiais de registro do Estado de São Paulo com base na Lei do Estado de São Paulo nº 11.331/2002. Levantase, em especial, a questão da aplicabilidade do princípio da anterioridade tributária sobre a Lei do Estado de São Paulo nº15.855/2015 que alterou a primeira referida norma mediante a majoração dos repasses ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a instituição de dever de repasse de recursos ao Ministério Público Estadual sempre que prestados serviços no âmbito extrajudicial. A lei nº15.855/2015 foi publicada em Julho de 2015, havendo sido afastada da norma a “*vacatio legis*” tácita, com o objetivo de torna-la aplicável de imediato. Adicionalmente, Tribunal de Justiça e Ministério Público, em âmbito administrativo, determinaram aos responsáveis pelas serventias extrajudiciais a automática adoção dos novos critérios de repasse de valores, por julgar não aplicável o princípio da anterioridade tributária em razão de não haver aumento nominal de tributo, mas mera alteração dos destinatários de repasse. A interpretação do autor é no sentido da ocorrência de fenômeno jurídico/legislativo distinto daquela implicitamente adotada pelos órgãos do Estado de São Paulo, tratando-se de verdadeira redução de um tributo e criação/majoração de outros.

**Palavras Chave:** Emolumentos; Extrajudicial; Lei 15.855/15; Anterioridade Tributária.

### **ABSTRACT:**

The article deals with the legal nature of the financial transfers made by notaries and officers of São Paulo State based on the State Law No. 11,331/2002. The author discusses, in particular, the effectiveness in time of the Law of State of Sao Paulo nº15.855/2015 which amended the previously mentioned law by transferring resources to the Public Prosecutor Office. The law nº15.855 / 2015 was published in July 2015, having been released from the standard “*vacatio legis*”, in order to make it applicable immediately. In addition, the State Court and the Public Prosecutor Office, at the administrative level, determined those responsible for extrajudicial service to automatically adopt the new criteria for tax calculation. State Court did not apply the principle of prior taxation based on the non-nominal increase of tributes, understanding it was a mere change of recipients. The interpretation of the author is in the direction of occurrence of a different phenomenon from that one adopted by the organs of the State of São Paulo: reduction of tax and creation of another.

**Keywords:** Emoluments; Administrative; Law nº 15.855/15; ex-post-facto-tax law

### **Introdução**

As atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais (tabelião de notas, tabelião de protesto, oficial de registro civil das pessoas naturais, oficial de registro de imóveis e o oficial de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas) são custeadas exclusivamente

---

<sup>1</sup> Henrique de Almeida Prado Franceschi: Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP; Mestrando em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE; Tabelião Titular de Notas e Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo. (henriquefranceschi@yahoo.com.br)

pelos usuários de tais serviços, mediante o pagamento de emolumentos, na forma prevista pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988:

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

(...)

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

O regramento infraconstitucional decorre, no âmbito das normas gerais, da Lei Federal nº 10.169 de 29 de Dezembro de 2.000 e, no que se refere aos serviços extrajudiciais Outorgados pelo Estado de São Paulo, foram pormenorizadas nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002.

Nos termos do Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei Federal nº 10.169 de 29 de Dezembro de 2.000: “O valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados.”. Ao seu turno, o estatuto do registrador e do notário (Lei Federal nº 8.935 de 18 de novembro de 1.994, Art. 28) ressalta que caberá aos delegados de serviços extrajudiciais: “direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia”.

Nesse ambiente legal, os emolumentos constituem prestações pecuniárias compulsórias, em moeda, devidas pelos usuários de serviços extrajudiciais em razão dos serviços públicos específicos e divisíveis efetivamente prestados pelos registradores e notários, importando em fonte de remuneração do profissional do direito responsável por serventia extrajudicial.

Em paralelo à remuneração pelos serviços públicos prestados pelo tabelião e pelo oficial de registro (e não como parcelas extraídas daquela remuneração), a legislação paulista criou uma pluralidade de tributos cujo sujeito passivo de fato também é o usuário dos serviços cartorários. Tais tributos são conhecidos nesse meio como “repasses” e têm como titulares das respectivas disponibilidades financeiras o Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o SPPrevi, o fundo de compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais, a Santa Casa de Misericórdia e, mais recentemente, o Ministério Público Paulista. Fica a cargo dos delegados das serventias a arrecadação de tais disponibilidades, por força da responsabilidade por substituição que lhes é legalmente imposta (Art. 3º da Lei nº nº 11.331/2002 do Estado de São Paulo).

Neste diapasão, embora a redação conferida à lei de emolumentos paulista faça parecer que a remuneração dos registradores e notários e a arrecadação dos repasses se dê como num cadinho onde é fundida em uma só a totalidade dos recursos financeiros e de onde - na segunda feira subsequente à ocorrência do fato imponible do tributo - serão extraídas as participações de cada beneficiário por meio de procedimento de repartição de receitas (direito financeiro), a situação real é muito diversa.

Conforme dispõe o Art. 4 do Código Tributário Nacional: “a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação (...)”. Nas palavras do saudoso professor Geraldo Ataliba (Hipótese de Incidência Tributária, página 131): “São tributos vinculados aqueles cuja hipótese de incidência consiste na descrição de uma ação estatal (ou uma consequência desta). Neste caso, a lei põe uma atuação estatal no aspecto material da hipótese de incidência.”

A título de exemplo, a fiscalização efetivamente exercida pelos corregedores sobre as atividades das delegações extrajudiciais deste Estado constitui a hipótese de incidência da taxa em razão do exercício do poder de polícia (Art. 145, II da Constituição Federal) que se faz devida ao Tribunal de Justiça a cada fato imponible praticado pelo contribuinte junto a um Tabelião ou a um Oficial de Registros Públicos Paulista; frise-se que tal poder de polícia é desempenhado por mandamento constitucional contido na parte final do parágrafo primeiro do Art. 236 da Carta Maior. Por sua vez, a disponibilização geral e gratuita dos serviços públicos de registro civil de nascimento e de óbito (Art. 5, LXXVI da Constituição Federal), assim como o registro sem ônus do casamento de pessoas reconhecidamente pobres, garantido pelo Parágrafo Único do Art. 1.512 do Código Civil são fatos geradores da participação ao fundo atualmente administrado pelo SINOREG-SP, e corresponde a uma taxa parafiscal em razão da utilização potencial por toda a população de tais serviços colocados a disposição pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais.

Não é outro o sentido que se extrai da própria da Lei 11.331/2002 do Estado de São Paulo, que em seu Art. 19, inciso I, estabelece a “natureza jurídica específica” de cada repasse: i) segundo esclarece a alínea “e”, os repasses ao Tribunal de Justiça são devidos em “decorrência da fiscalização dos serviços”; ii) segundo esclarece a alínea “c”, os repasses à Carteira de

Previdência das Serventias não Oficializadas do Estado constituem “contribuição” ao sistema securitário próprio dos conhecidos “servidores estatutários” que prestam ou prestaram serviços em cartórios extrajudiciais; iii) segundo esclarece a alínea “d” as quantias destinadas ao Fundo de Manutenção do Registro Civil estão vinculadas à disponibilidade de serviços específicos e divisíveis, constantes de “atos gratuitos” de registro de nascimento, registro de óbito, registro de casamento e emissão das respectivas certidões; e iv) segundo esclarece a alínea “b”, a correspondente receita do Estado é “decorrência do processamento da arrecadação e respectiva fiscalização”.

Iluminada a natureza jurídica dos emolumentos devidos ao tabelião e dos repasses, é inegável o reconhecimento da ocorrência não de apenas um fato gerador cujas disponibilidades econômicas sejam tratadas como uma mera operação financeira de partilha entre Tribunal de Justiça, SPPrevi, Estado de São Paulo, SINOREG, Santa Casa de Misericórdia e, agora, o Ministério Público, mas sim o florescimento de uma situação jurídica cuja verificação acarreta em uma diversidade de hipóteses de incidências tributárias, todas sob responsabilidade por substituição atribuída ao delegado do serviço extrajudicial.

## **1. Do Regime Jurídico dos Tributos**

Segundo definição contida no Código Tributário Nacional: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Embora com maior frequência a atividade tributária seja exercida imediatamente pelo Estado, em determinadas ocasiões os entes federativos transferem os poderes de fiscalização e recolhimento a terceiros e, por vezes, creditam tais terceiros (entes públicos ou privados que desenvolvem atividades de interesse público) com a disponibilidade financeira que resulte da arrecadação dos tributos.

Segundo costumava ensinar o Professor Geraldo Ataliba:

A designação contribuição parafiscal não retira a um tributo seu caráter tributário. Qualquer que seja o nome com que se batize, ‘toda obrigação pecuniária *ex legi* em benefício de pessoa pública ou com finalidades de utilidade pública’ é tributo e se submete ao chamado regime tributário: conjunto de princípios e normas

constitucionais que regulam a exigência coativa de prestações pecuniárias pelo estado. Este regime se caracteriza pelos princípios da isonomia (Art. 5, I; 150, II), estrita legalidade (Art. 150, I), anterioridade da lei ao exercício financeiro (Art. 150, III, 'b'), irretroatividade, relação de administração (Ruy Cirne Lima, Princípios, p 51), não discricionariedade administrativa, etc.

Os tributos parafiscais, conforme a consistência da sua hipótese de incidência, podem revestir a natureza de imposto, taxa, ou contribuição. Conforme o caso, obedecerão ao regime peculiar de cada qual. Tal mera designação não altera nada do regime próprio de cada espécie.

E foi também nesse sentido que o Supremo Tribunal Federal analisou a matéria:

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais possuem natureza tributária, qualificando-se como taxas remuneratórias de serviços públicos, sujeitando-se, em conseqüência, quer no que concerne à sua instituição e majoração, quer no que se refere à sua exigibilidade, ao regime jurídico-constitucional pertinente a essa especial modalidade de tributo vinculado, notadamente aos princípios fundamentais que proclamam, dentre outras, as garantias essenciais (a) da reserva de competência impositiva, (b) da legalidade, (c) da isonomia e (d) da anterioridade.” (ADI 1378 MC / ES - ESPÍRITO SANTO / MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE / Relator(a): Min. CELSO DE MELLO / Julgamento: 30/11/1995 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação DJ 30-05-1997 PP-23175 EMENT VOL-01871-02 PP-00225)

## **2. Limitação Constitucional do Poder de Tributar e sua Aplicabilidade ao Caso**

Temos, portanto, segundo a melhor doutrina e jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal que o estatuto da parafiscalidade está estritamente subordinado ao Sistema Tributário Nacional.

Ao nosso ver, a Lei 11.331/2002 estabelece uma pluralidade de hipóteses de incidências tributárias (taxa em decorrência do poder de polícia, taxas de serviço público, contribuição social e contribuição previdenciária). Parafiscal ou não, cada situação jurídica relacionada aos pagamentos efetuados pelos sujeitos passivos em razão dos serviços prestados junto a tabeliães ou registradores públicos deve ser avaliada de forma isolada e independente, dentro do regime especial jurídico-constitucional dos tributos. E apenas inserido nesse regime tributário é que se poderá indagar a respeito da apropriada aplicação das disposições estabelecidas pela Lei 15.855/2015 e sua inserção como norma infraconstitucional.

A Lei 15.855/2015 nasceu com a determinação de imediato afastamento da *vacatio legis* tácita, em razão do Art. 5 que estabeleceu como marco inicial para sua vigência a data mesma de sua

publicação (02 de Julho de 2.015). As novas regras a respeito de emolumentos passariam, logo, a integrar validamente o sistema jurídico paulista, não fosse o incremento fiscal por ela trazido que se subsume à regra do Art. 150, III 'b' e 'c' da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é **vedado** à União, **aos Estados**, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - **cobrar tributos**:

(...)

b) **no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu** ou aumentou;

c) **antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu** ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Na doutrina de Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Junior: "*(...) o princípio da anterioridade, por seu caráter histórico de princípio limitador do poder estatal, tem natureza de direito fundamental, de índole individual.*" E a seguir, amparam tal afirmação no pronunciamento do Supremo Tribunal Federal TP, ADI 939, Relator Sydney Sanches, j. em 15/12/1993, DJ 18 de Março de 1994, p 5165, Ementário do STF, v. 1737-02, p 160, JUIZ, N7.

Segundo a lição do professor titular de direito tributário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Paulo de Barros (CARVALHO, 2005):

A vigência das normas tributárias, no tempo, carrega uma particularidade que deve ser enfatizada. Aquelas que instituem ou majoram tributos hão de respeitar outro limite, qual seja, aquele sobranceiramente enunciado no corpo do Art. 150, III, 'V' e que consiste de terem sido publicadas antes do início do exercício financeiro em que se pretenda cobrar a exação. É o princípio da anterioridade, que comporta apenas as exceções enunciadas no parágrafo primeiro do mesmo preceptivo constitucional. Ora, se bem sopesarmos a conjugação desses dois condicionantes, teremos que inferir que as normas jurídicas que decretam tributo novo, ou nova faixa de incidência para tributo já existente, ou ainda que venham a aumentá-lo, como expressão econômica, devem sujeitar-se à resultante da combinação dos dois limites.

Em seguida, o festejado professor esclarece advogar a tese de não se tratar de termo suspensivo de eficácia dos tributos infligido pelo texto constitucional, mas sim de termo da própria vigência legal.

Reconhecida a existência independente de cada um dos repasses previstos na lei estadual 11.331/2002 em razão das distintas hipóteses de incidência que constituem e, inclusive, das

suas naturezas jurídicas, e dada a sua inevitável subordinação ao regime próprio dos tributos, teremos o seguinte:

- A redução da alíquota do tributo administrado pelo SPPREVI deve - por imposição do Art. 105 do Código Tributário Nacional<sup>2</sup> e afastada a *Vacatio legis* pelo legislador - sofrer aplicação imediata com relação aos atos praticados no âmbito dos serviços extrajudiciais paulistas.
- A majoração da alíquota da taxa de fiscalização devida ao Tribunal de Justiça deve respeitar o princípio da anterioridade anual garantida ao contribuinte;
- A criação de tributo que favorece o Ministério Público do Estado de São Paulo deve respeitar o princípio da anterioridade anual garantida ao contribuinte.

O simples fato de não haver aumento nominal dos valores estabelecidos na tabela de emolumentos dos serviços extrajudiciais, não nos autorizaria falar em reajuste de repartição de receitas ou mera transferência de capacidade tributária ativa de tributo já existente que beneficiava o SPPREVI e passou a beneficiar o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. Os tributos aqui tratados, como já vimos, embora cobrados em decorrência de um fato imponível coincidente, possuem hipóteses de incidência distintas e gozam de existência autônoma. A situação jurídica decorrente da alteração legal é, de fato: i) a redução de uma contribuição previdenciária; ii) a majoração da alíquota de uma taxa de fiscalização; e iii) a criação de um novo tributo cuja capacidade tributária ativa foi atribuída ao Ministério Público do Estado de São Paulo (órgão do Estado de São Paulo) e, nesse caso, deve obedecer às regras próprias do sistema tributário nacional.

### **3. Da Sujeição Passiva da União, Estados, Municípios e respectivas autarquias:**

Em sua origem, a lei de emolumentos paulista estabeleceu isenções para a União e Municípios com relação aos chamados “repasses” constantes da tabela de emolumentos de serviços extrajudiciais e concedeu abrangência ainda maior para as isenções do Estado de São Paulo, ao

---

<sup>2</sup> Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa nos termos do artigo 116.

afastar a obrigatoriedade de pagamento inclusive dos emolumentos devidos como remuneração do titular da delegação extrajudicial. Tais isenções foram criadas de forma pontual e nominal, indicando um a um os tributos que não implicariam em prestação pecuniária pela União, pelos Municípios e pelo Estado de São Paulo: “repasses” ao Estado, Tribunal de Justiça, SPPREVI, fundo de custeio de atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais.

Artigo 8º da lei 11.331/2002 - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e as respectivas autarquias, são isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Código Tributário Nacional, “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: (...) II – Outorga de Isenção”. Em outras palavras, o interprete da lei tributária deve agir com cautela e restringir ao máximo a abrangência das normas que tratam da isenção de tributos.

Ao seu turno, a Lei 15.855/2015 que criou o tributo devido ao Ministério Público silenciou-se a respeito de isenções. Desse modo, não havendo correspondente previsão legal expressa e literal endereçada à União, aos Estados membros ou aos Municípios e respectivas autarquias que os desprenda do dever de recolhimento relativo ao novo tributo, tais sujeitos passivos estão desde 1º de Janeiro de 2016 também obrigados a realizar a pertinente prestação pecuniária quando utilizarem quaisquer serviços de notas e registros junto a delegações outorgadas dentro do Estado de São Paulo.

Embora a exposição contida no parágrafo precedente possa levar à impressão de que o próprio Estado de São Paulo não foi agraciado com a isenção sobre o tributo devido ao *parquet*, cabe-nos mais uma vez lembrar que - embora goze de autonomia orçamentária - o Ministério Público Estadual é órgão integrante do Estado de São Paulo, não havendo distinção de personalidade jurídica. Nesse cenário, eventual obrigação tributária se extinguiria pelo instituto da “confusão”, ou coincidência das situações de crédito e débito em uma mesma pessoa.

Da Responsabilidade dos Tabeliães e Registradores pela Cobrança Indevida dos Tributos:

FRANCESCHI, Henrique de Almeida Prado. **Da Aplicação no Tempo da Lei 15.855/2015 Do Estado De São Paulo**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

O advento da nova lei estadual com exclusão de sua *vacatio legis* causou aos delegados uma fundada dúvida a respeito da exigibilidade ou não dos tributos segundo as alterações por ela trazidas, em especial diante da publicação em uma quinta feira, com apenas 3 (três) dias de respiro até o vencimento do prazo para recolhimento dos tributos.

O Comunicado nº 844/2015 da Corregedoria Geral de Justiça, contudo, veio afastar a dúvida sobre a melhor postura a se tomar ao recomendar conduta nos seguintes termos:

Comunica aos Notários e Registradores do Estado de São Paulo que, em razão da edição da Lei Estadual nº 15.855, de 02/07/2015, publicada no Diário Oficial do Executivo em 03/07/2015, os lançamentos das informações para **geração da guia semanal deverão ocorrer** exclusivamente por meio do Portal do Extrajudicial, **atentando-se para os novos percentuais devidos a partir da publicação da referida lei**. Os valores apurados deverão ser lançados no campo VALOR INFORMADO até a adequação do sistema à nova lei.

Poucas semanas depois, o sistema de geração de guias de recolhimento pelo portal extrajudicial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi adequado ao que se acreditava ser a maneira correta de aplicação da tabela de emolumentos.

O Ato Normativo 911/15-PGJ, de 23-07-2015, que entrou em vigor à data de sua publicação, com o intuito de viabilizar o recebimento da arrecadação tributária provisionada desde 02 de Julho de 2015 Procuradoria Geral de Justiça determinou que os recolhimentos destinados ao Ministério Público Estadual fossem realizados mediante depósito bancário em conta especial mantida junto ao Banco do Brasil S/A.

Tais comunicados, portarias e adequações de sistemas de recolhimento bancário tranquilizaram os Tabeliães e Registradores públicos quanto à forma de se proceder. No ano de 2.015, foram exigidos dos usuários de serviços extrajudiciais do Estado de São Paulo todos os tributos em conformidade com a lei 15.855/2015 desde a exata data de sua publicação.

A figura do delegado de serventias extrajudiciais, segundo o sistema jurídico criado pelo Art. 128 do CTN e Art. 3º da Lei Estadual 11.331/2012 corresponde ao do sujeito passivo por substituição.

## **Considerações Finais**

Por todo o exposto, parece-nos que, deveria ter sido aplicado o regime jurídico próprio dos tributos, em especial o princípio da anterioridade tributária, tanto à majoração da alíquota da taxa pelo exercício do poder de polícia exercido pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo, quanto à criação do “repassê” ao Ministério Público estadual de valores arrecadados no exercício de atividades extrajudiciais.

Outrossim, em todo o Estado de São Paulo, a partir de 1º de Janeiro de 2016, além da remuneração devida ao tabelião/oficial de registro e dos repasses a título de contribuição de solidariedade à Santa Casa de Misericórdia (cuja legislação que os instituiu não previu qualquer hipótese de isenção), a União, os Estados (excluído o de São Paulo), os municípios e respectivas autarquias passaram também a ser sujeitos passivos da Taxa de Fiscalização dos serviços extrajudiciais exercida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e a este devida.

Tendo em vista a dúvida razoável a respeito da matéria - em razão de atos inequívocos por parte do Tribunal de Justiça e do Ministério Público paulistas no sentido de entender pela imediata exigibilidade respectivamente do tributo majorado e criado naquele exercício e considerando a responsabilidade tributária por substituição dos titulares de serventias extrajudiciais que os sujeita a multa e juros pelo inadimplemento da obrigação tributária principal (o que os deixa entre a cruz e a espada) - talvez a única medida em tese razoável naquele momento teria sido a formalização da consulta de que trata o §1º do Art. 161 do Código Tributário Nacional:

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Hoje, passados mais de 90 dias da publicação da lei nº 15.855/2015 e esgotado o exercício fiscal em que parecem ter se configurado a criação e majoração tributárias, talvez a utilidade prática do presente estudo já tenha se exaurido, sendo válido a título científico e para melhor

FRANCESCHI, Henrique de Almeida Prado. **Da Aplicação no Tempo da Lei 15.855/2015 Do Estado De São Paulo**. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VIII, nº 14, jan/jun 2016. ISSN 2175-7119.

compreensão e aplicação do direito em caso de eventuais futuras alterações da legislação estadual que trata da remuneração pelos serviços extrajudiciais e tributos correlatos.

#### **4. Referências Bibliográficas**

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária** Malheiros Editores, 6a. Edição, 7a. Tiragem, 2.005;

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**, Editora Saraiva, 17a, 2005;

ARAÚJO, Luiz Alberto David & NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Verbatim, 19ª Edição

Diniz, Marcelo de Lima Castro, Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Direito Tributário pela PUC SP. Professor do I ET, PUC Londrina e Escola da Magistratura do Paraná. Advogado. (Substituição Tributária e Repetição do Indébito: Legitimidade Processual).

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Processo de conhecimento**. 6a. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.